

CARTA ABERTA EM DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Nós trabalhadores das Políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social, representantes dos municípios de Piumhi, Pimenta, Arcos, Capitólio, Vargem Bonita, São Roque de Minas, Candeias, Pains e Formiga participantes do evento intitulado **Roda de Conversa sobre a "Seguridade Social" Avanços e Desafios** que aconteceu no dia 02 de Setembro de 2016 no Centro de Referência de Assistência Social no município de Piumhi-MG, viemos a público manifestar o nosso posicionamento em defesa do Sistema Brasileiro de Seguridade Social, estabelecido na Constituição Federal de 1988, cujas políticas setoriais que o compõem viabilizam às/aos suas/seus usuárias/os o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, com controle social e participação popular.

Nessa direção, considera-se importante elucidar que a concepção de Seguridade Social, estabelecida pela Constituição Federal vem passando por inúmeras mudanças que rebate vai rebater diretamente nas condições objetivas de sobrevivência dos usuários, o que pode intensificar o aprofundamento das desigualdades sociais.

Nesse sentido, entende-se que o Decreto 8805/16 apresenta elementos que podem dificultar o acesso dos usuários ao Benefício de Prestação Continuada-BPC conforme previsto na Lei Orgânica de Assistência Social. Avalia-se que tal a ser adotado, contribui ainda para a seleção das pessoas consideradas marginalizadas pelo ponto de vista da sua condição de renda. Enfatiza-se ainda que esse decreto apresenta elementos que também são contraditórios, uma vez que ele não está em sintonia com o Serviço de Fortalecimentos de Vínculos Familiares e Comunitários desenvolvidos pelos Centro de Referência de Assistência Social-CRAS.

Outro fator relevante ainda que merece destaque é que os Assistentes Sociais inseridos na Política de Assistência Social, terão que fazer o que há de mais contraditório na atuação profissional que é a fiscalização da pobreza, o que

consideramos total retrocesso no processo de construção de uma profissão que vem amadurecendo por um viés crítico e comprometido com a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados a população e a defesa intransigente de uma sociedade mais justa igualitária para todos.

Considera-se que essas políticas públicas sociais e os serviços e benefícios por elas ofertados, viabilizam melhores condições de vida para milhões de brasileiras/os que requerem do Estado a Proteção Social. Historicamente estas famílias e pessoas vivenciaram a negação do acesso aos direitos sociais que aprofundou e ampliou a desigualdade social no país. Com a implantação e expansão destas políticas públicas sociais no território nacional, chegando a todos os 5.570 municípios, o Brasil foi retirado do mapa da fome e mais de 36 milhões de famílias saíram da extrema pobreza. Mais de 1,9 milhões de famílias foram inseridas nos serviços socioassistenciais, básicos e especializados de proteção social, tendo garantido acolhimento, atendimento e acompanhamento familiar. A segurança de renda também foi prioridade na última década, alcançando 13,9 milhões de famílias no Programa Bolsa Família mais de 4,2 milhões de pessoas com deficiência e idosas no Benefício de Prestação Continuada – BPC Loas.

O SUAS atende milhões de brasileiras/os em todo o território nacional, com ofertas públicas organizadas por níveis de proteção – Básica e Especial. Conta atualmente com uma rede socioassistencial pública-estatal de mais de 10.000 unidades no território nacional e, em Minas Gerais, com mais de 2.300 Centros de Referência, Básicos e Especializados. Além disso, integram a rede de proteção social as entidades e organizações de assistência social, corresponsáveis pela ampliação da proteção social.

Profissionalizou-se a área, o SUAS conta hoje com cerca de 600 mil trabalhadores em todo o território nacional. No Estado de Minas Gerais registra-se, conforme CensoSUAS 2015, na gestão pública estatal, 24 mil profissionais.

Frente ao momento político e econômico vivenciado no Brasil, manifestamos o posicionamento de defesa do SUAS e da Seguridade Social e de recusa a retrocessos no que diz respeito à garantia de direitos sociais.

Por fim, consideramos que todas as decisões tomadas até o presente momento, pelo atual governo representa o que há de mais antidemocrático e arbitrário considerando que as decisões não foram sequer discutidas com as entidades representativas da Política de Assistência Social.

Nesse sentido, reafirmamos o nosso posicionamento dizendo:

#Nenhum Direito a Menos!
#Mais SUAS!
#Mais Seguridade Social!

Piumhi, 08 de Setembro de 2016.